



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA

TERMO DE REFERENCIA

1. OBJETO

Contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviços de atividades físicas orientadas, com disponibilização de profissionais habilitados em Educação Física, devidamente registrados no conselho competente, visando atender crianças, adolescentes, idosos e gestantes do Município de Cacaulândia/RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

A contratação será dividida em itens, conforme abaixo:

Item 1: Contratação de empresa que disponibilize espaço físico próprio, devidamente equipado, contendo piscina em condições adequadas de uso, higiene e segurança, com dimensões compatíveis com a prática de natação e hidroginástica, bem como profissional de Educação Física, para ministrar aulas de natação destinadas a crianças e adolescentes e hidroginástica voltadas a idosos e gestantes.

Item 2: Contratação de empresa para prestação de serviços com disponibilização de profissional de Educação Física, para ministrar aulas de ginástica aeróbica, exercícios localizados, zumba, ginástica e alongamento, destinadas ao público em geral e ao público idoso, a serem realizadas em local indicado pela Administração

2. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ITENS

Item	Unidade de Medida	Quantidade Estimada	Especificação
1	Mês	12	Contratação de empresa especializada que disponha de espaço físico próprio, devidamente equipado, contendo piscina em condições adequadas de uso, higiene e segurança, com dimensões compatíveis com a prática de natação e hidroginástica, bem como disponibilização de profissional habilitado em Educação Física, para ministrar aulas de natação destinadas a crianças e adolescentes e hidroginástica voltadas a idosos e gestantes. As aulas deverão ser realizadas conforme cronograma previamente definido e aprovado pela Administração, observando a organização de turmas em períodos matutino e vespertino, de acordo com a necessidade do serviço. A capacidade das turmas deverá respeitar limite máximo de participantes compatível com a segurança da atividade, não superior a 17 (dezessete) alunos por turma.

2	Mês	12	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços, com disponibilização de profissional habilitado em Educação Física, para ministrar aulas de ginástica aeróbica, exercícios localizados e dança fitness, preferencialmente no estilo zumba ou equivalente, destinadas ao público em geral. As atividades deverão ser realizadas conforme cronograma previamente definido e aprovado pela Administração, observando a organização das turmas em períodos compatíveis com a demanda do serviço. A capacidade de participantes por aula deverá ser compatível com a segurança da atividade, o espaço físico disponível e a adequada condução das aulas pelo profissional responsável, não sendo admitida a superlotação que comprometa a qualidade e a segurança dos atendimentos. Inclui-se, ainda, a execução de atividades de ginástica e alongamento destinadas ao público idoso, a serem realizadas no Centro de Convivência da Terceira Idade, em horários previamente estabelecidos pela Administração, garantindo a regularidade, continuidade e adequação dos atendimentos às necessidades do público-alvo.
---	-----	----	---

1.1 Não serão aceitas aulas ministradas por profissionais sem registro ativo no **Conselho Regional de Educação Física (CREF)**, devendo a contratada comprovar a habilitação dos profissionais responsáveis pela execução dos serviços.

1.2 As atividades físicas, incluindo **zumba, ginástica aeróbica, exercícios localizados, natação e hidroginástica**, deverão ser executadas com metodologia adequada, observando critérios técnicos de segurança, padronização, qualidade e adequação ao público-alvo, especialmente crianças, adolescentes, idosos e gestantes.

1.3 A contratada deverá garantir a condução das atividades por profissionais capacitados, com experiência comprovada na área, assegurando o correto acompanhamento dos participantes durante toda a execução das aulas.

1.4 No caso das atividades aquáticas, a contratada deverá assegurar que a piscina e o ambiente estejam em perfeitas condições de uso, higiene e segurança, atendendo às normas sanitárias e de segurança vigentes.

1.5 O prazo de execução do objeto será de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do contrato ou emissão da ordem de serviço, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

1.6 A execução dos serviços deverá ocorrer de forma contínua, conforme cronograma a ser estabelecido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, garantindo o atendimento regular do público-alvo e a continuidade das atividades.

3. PRAZO DA CONTRATAÇÃO

O prazo de duração do contrato compreende o período necessário para o cumprimento das obrigações contratuais de ambas as partes, desde a assinatura do instrumento contratual até o

recebimento definitivo do objeto e a quitação dos pagamentos.

3.1. O prazo de vigência da contratação será de até 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato ou da emissão da Ordem de Serviço, conforme o caso, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

3.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de contrato administrativo.

3.3. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá vigência inicial de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente, desde que comprovada a vantajosidade, a continuidade da necessidade e a existência de dotação orçamentária, observado o disposto nos arts. 105 a 107 da Lei nº 14.133/2021.

3.4. Considerando que os serviços poderão, conforme a necessidade da Administração, ser caracterizados como de natureza contínua, o prazo total da contratação poderá atingir o limite legal admitido, mediante prorrogações devidamente justificadas.

3.5. A execução dos serviços deverá ocorrer de forma contínua durante o período de vigência contratual, conforme cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, garantindo a regularidade do atendimento, a cobertura do público-alvo e a continuidade das atividades.

3.6. A contratada deverá apresentar, mensalmente, relatórios de execução dos serviços, contendo, no mínimo, controle de frequência dos participantes, descrição das atividades realizadas e demais informações necessárias ao acompanhamento e fiscalização contratual.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A presente contratação justifica-se pela necessidade de promover saúde, bem-estar e socialização da população de Cacaulândia/RO, com foco em crianças, adolescentes, idosos e gestantes em situação de vulnerabilidade social, atendidos no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social.

O Estudo Técnico Preliminar identificou demanda crescente por atividades físicas orientadas e adaptadas às diferentes faixas etárias, considerando os impactos do sedentarismo, o aumento de doenças crônicas, a necessidade de fortalecimento da saúde física e mental, bem como a importância da convivência social e do fortalecimento de vínculos comunitários.

A contratação de empresa especializada para execução dos serviços justifica-se pela inexistência de estrutura física adequada no âmbito da Administração, especialmente piscina, bem como pela insuficiência de profissionais no quadro próprio para atendimento da demanda existente.

A contratação visa garantir:

Oferta de atividades físicas de qualidade, seguras e adaptadas ao público-alvo, incluindo natação, hidroginástica, ginástica aeróbica, exercícios localizados, zumba, ginástica e alongamento, com execução estimada ao longo de 12 (doze) meses;

Atendimento prioritário aos usuários dos serviços socioassistenciais, especialmente vinculados ao CRAS e ao Cadastro Único, sem prejuízo do atendimento à população em geral;

Utilização de estrutura adequada para execução das atividades aquáticas, sem necessidade de investimento público em construção ou adaptação de espaço;

Promoção da saúde, prevenção de agravos, redução do sedentarismo e melhoria da qualidade de vida dos participantes;

Fortalecimento da convivência comunitária e dos vínculos sociais, em consonância com os

objetivos da política pública de assistência social;

Alinhamento com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e demais normativos aplicáveis.

Dessa forma, a presente contratação mostra-se necessária e adequada para garantir a continuidade e ampliação das ações socioassistenciais desenvolvidas pelo Município, promovendo inclusão social e melhoria da qualidade de vida da população atendida.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A solução selecionada no Estudo Técnico Preliminar (ETP) consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de atividades físicas orientadas, incluindo atividades aquáticas e atividades coletivas, destinadas a crianças, adolescentes, idosos e gestantes, a serem executadas por profissionais habilitados em Educação Física.

A solução contempla:

- Item 1: Prestação de serviços de natação e hidroginástica, com disponibilização de espaço físico adequado contendo piscina em condições de uso, higiene e segurança;
- Item 2: Prestação de serviços de atividades físicas coletivas, incluindo ginástica aeróbica, exercícios localizados, dança fitness (zumba ou equivalente), ginástica e alongamento, a serem realizadas em local indicado pela Administração.

A contratação será realizada por meio de pregão eletrônico, em regime de execução contínua, sem dedicação exclusiva de mão de obra, com vigência de 12 (doze) meses, visando garantir a continuidade dos serviços e o atendimento regular ao público-alvo.

O público prioritário será composto por usuários dos serviços socioassistenciais do Município, especialmente vinculados ao CRAS e ao Cadastro Único, sem prejuízo do atendimento à população em geral, conforme capacidade de atendimento.

5.1. CICLO DE VIDA DA CONTRATAÇÃO

A solução foi estruturada considerando as fases do ciclo de vida da contratação, com vistas a assegurar qualidade, eficiência e continuidade dos serviços:

a) Fase de Planejamento e Início

Após a assinatura do contrato, a contratada deverá:

- Apresentar cronograma de execução das atividades, conforme diretrizes da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Realizar reunião inicial com o fiscal do contrato para alinhamento das atividades;
- Comprovar a disponibilidade da estrutura necessária para execução dos serviços, especialmente no caso das atividades aquáticas;
- Adequar as atividades às características do público atendido;
- Observar as condições mínimas de segurança, higiene e acessibilidade.

b) Fase de Execução

A execução dos serviços compreenderá a realização das atividades físicas conforme especificado neste Termo de Referência, observando:

Duração mínima de 60 (sessenta) minutos por aula;

- Condução das atividades por profissional habilitado em Educação Física;

- Estruturação das aulas em etapas compatíveis com a prática segura de atividades físicas (aquecimento, desenvolvimento e alongamento);
- Adequação das atividades conforme faixa etária e condições dos participantes, incluindo atividades de baixo impacto para idosos e gestantes;
- Promoção de ambiente inclusivo, seguro e estimulador da convivência social;
- Orientação quanto à postura, hidratação, limites físicos e prevenção de lesões;
- Disponibilização, quando necessário, de equipamentos básicos para execução das atividades, sob responsabilidade da contratada.

c) Fase de Monitoramento e Controle

O acompanhamento da execução contratual será realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, mediante fiscalização designada, com base nos seguintes instrumentos:

- Controle de frequência dos participantes;
- Relatórios mensais de execução dos serviços;
- Avaliação da qualidade das atividades desenvolvidas;
- Verificação do cumprimento das condições contratuais.

Poderão ser realizados ajustes na execução dos serviços para melhor atendimento ao público-alvo, garantindo eficiência e efetividade da contratação.

A solução adotada observa normas técnicas aplicáveis à prática de atividades físicas, garantindo segurança, qualidade e adequação às necessidades da população atendida, estando em consonância com as diretrizes da política pública de assistência social.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá observar os seguintes requisitos mínimos, necessários à adequada execução dos serviços, sem prejuízo de outros previstos na legislação vigente:

6.1. Qualificação Técnica

a) A contratada deverá disponibilizar profissional habilitado em Educação Física, com registro ativo no Conselho Regional de Educação Física (CREF), conforme legislação aplicável;

b) Deverá ser apresentada, juntamente com a proposta, ficha técnica do(s) profissional(is) responsável(is) pela execução dos serviços, contendo:

- Comprovação de registro no CREF;
- Experiência compatível com a execução de atividades físicas coletivas e/ou atividades aquáticas;
- Descrição geral da metodologia a ser aplicada, incluindo forma de condução das aulas e adequação ao público-alvo.

c) As atividades físicas coletivas deverão ser executadas por meio de metodologia adequada ao público-alvo, preferencialmente no formato de dança fitness no estilo zumba, ou outra metodologia equivalente que utilize movimentos aeróbicos ritmados, com acompanhamento musical, visando promover condicionamento físico, coordenação motora, bem-estar e socialização dos participantes;

d) Não será exigida marca, certificação exclusiva ou metodologia específica, sendo admitidas soluções equivalentes que atendam às finalidades da contratação, em observância ao princípio da

competitividade;

e) É dispensada a apresentação de amostras, considerando a natureza do objeto (prestação de serviços).

6.2. Estrutura Mínima

a) Para o Item 1, a contratada deverá comprovar a disponibilidade de espaço físico adequado, contendo piscina em condições de uso, higiene e segurança, compatível com a execução das atividades de natação e hidroginástica;

b) Para o Item 2, as atividades serão realizadas em locais indicados pela Administração, cabendo à contratada providenciar os equipamentos básicos necessários à execução das aulas, quando aplicável.

6.3. Garantia da Contratação

Será exigida garantia contratual conforme arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, podendo ser:

- Seguro-garantia, apresentado até a assinatura do contrato;
- Caução ou fiança bancária, apresentada em até 10 dias úteis após assinatura do contrato.

A exigência de garantia justifica-se pela continuidade das atividades e pelo relevante interesse social, considerando o risco de descontinuidade do serviço e os prejuízos diretos à população atendida.

6.4. Subcontratação

Será admitida a subcontratação parcial do objeto, desde que:

- Não abranja a totalidade do objeto contratado;
- A contratada permaneça responsável pela execução integral dos serviços;
- Haja prévia comunicação e anuência da Administração;
- A subcontratada atenda aos requisitos técnicos e legais exigidos neste Termo de Referência.

6.5. Condições Gerais de Execução

A execução dos serviços deverá observar:

- Adequação das atividades às condições físicas e faixa etária dos participantes;
- Garantia de ambiente seguro, inclusivo e acessível;
- Observância das normas sanitárias e de segurança aplicáveis;
- Continuidade e regularidade na prestação dos serviços durante toda a vigência contratual.

A presente contratação observará os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, especialmente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, economicidade, competitividade, transparência, proporcionalidade, igualdade e sustentabilidade.

7. EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 Forma de execução do objeto

A execução dos serviços deverá observar integralmente as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar, garantindo:

- Atendimento ao público-alvo definido pela Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Cumprimento da frequência das atividades e organização das turmas conforme especificações;

- Adaptação das atividades às diferentes faixas etárias atendidas (crianças, adolescentes, adultos, idosos e gestantes).

7.2 Metodologia e Organização da Prestação do Serviço

As aulas deverão ser conduzidas por profissional habilitado, utilizando metodologia adequada ao público-alvo, preferencialmente no formato de dança fitness no estilo zumba, ou equivalente, no caso das atividades coletivas, bem como metodologias próprias para atividades aquáticas.

As aulas deverão observar estrutura mínima composta por:

- Aquecimento inicial;
- Parte principal com exercícios ou movimentos adaptados ao público;
- Alongamento e desaceleração final.

A contratada deverá garantir ambiente seguro, inclusivo e adequado, promovendo a participação dos usuários indicados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, sem prejuízo do acesso da população em geral.

7.3 Local, datas e horários das aulas

Os locais, dias e horários das aulas serão definidos pela Administração, conforme especificado neste Termo de Referência, podendo ser ajustados mediante necessidade do serviço.

Qualquer alteração deverá ser previamente autorizada pela Administração. Em caso de impossibilidade de execução, a contratada deverá comunicar com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, salvo situações de caso fortuito ou força maior.

7.4 Prazo de execução

A execução dos serviços ocorrerá durante o período de vigência contratual, correspondente a até 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço ou da data definida pela Administração para início das atividades.

Os serviços deverão ser prestados de forma contínua, conforme cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Assistência Social

7.5 Substituição de Profissional e Subcontratação

Em caso de ausência ou impedimento, a contratada deverá providenciar substituto com qualificação equivalente, sem prejuízo à continuidade dos serviços.

A subcontratação parcial será admitida, desde que previamente autorizada pela Administração, permanecendo a contratada responsável pela execução integral do contrato.

7.6 Transporte e encargos

Todos os custos relacionados à execução dos serviços, incluindo transporte, deslocamento, materiais e encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, serão de responsabilidade exclusiva da contratada.

7.7 Da adesão à Ata de Registro de Preços

Outros órgãos e entidades da Administração poderão aderir à Ata de Registro de Preços, desde que:

- Comproven a vantajosidade da adesão;
- Observem os limites e condições estabelecidos na legislação vigente;
- Obtenham anuência do órgão gerenciador e do fornecedor;
- Formalizem a contratação dentro do prazo de vigência da ata.

7.8 Vigência da Ata de Registro de Preços e do Contrato

A Ata de Registro de Preços terá vigência de até 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, nos termos da legislação vigente.

7.8.1 Contrato decorrente da Ata

O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços observará:

- Vigência de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- Execução condicionada à disponibilidade orçamentária;
- Eventuais alterações contratuais deverão observar os limites e condições previstos na legislação vigente.

7.9 Da formalização das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços

7.9.1 As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante contrato administrativo, conforme a necessidade da Administração.

7.9.2 Considerando que os serviços poderão ser caracterizados como de natureza contínua no momento da contratação, os contratos decorrentes da Ata poderão ter vigência inicial de até 12 (doze) meses, admitidas prorrogações sucessivas, desde que comprovada a vantajosidade, a necessidade da continuidade e a existência de dotação orçamentária, nos termos dos arts. 105 a 107 da Lei nº 14.133/2021.

7.9.3 A prorrogação contratual não é automática e dependerá de justificativa técnica e manifestação formal da Administração.

8. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. DISPOSIÇÕES GERAIS

O contrato deverá ser executado integralmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, com este Termo de Referência, o Estudo Técnico Preliminar e as normas da Lei nº 14.133/2021.

Cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da execução do contrato, o cronograma será ajustado proporcionalmente, sem implicar prorrogação automática da vigência contratual ou da Ata de Registro de Preços.

As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ocorrer, preferencialmente, por escrito ou por meio eletrônico.

Após a assinatura do contrato, poderá ser realizada reunião inicial com representante da contratada, com apresentação do plano de fiscalização, incluindo:

- Obrigações contratuais;
- Mecanismos de fiscalização;
- Estratégias de execução do objeto;
- Métodos de aferição dos resultados;
- Sanções aplicáveis.

8.2. Fiscalização do contrato

A execução será acompanhada e fiscalizada por fiscais do contrato ou seus substitutos, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021, garantindo o cumprimento das condições estabelecidas neste

Termo de Referência, especialmente quanto à regularidade das aulas, frequência das atividades, adequação ao público-alvo e apresentação de relatórios mensais.

8.2.1. Fiscal Técnico

Compete ao fiscal técnico:

- Acompanhar a execução das aulas, verificando a adequação da metodologia aplicada, preferencialmente no formato de dança fitness no estilo zumba ou equivalente, quando se tratar de atividades coletivas;
- Verificar a execução das atividades aquáticas conforme condições de segurança e higiene;
- Registrar ocorrências e adotar as medidas corretivas necessárias;
- Comunicar ao fiscal administrativo a necessidade de notificações;
- Informar ao gestor situações que ultrapassem sua competência;
- Notificar ocorrências que possam comprometer a execução dos serviços;
- Informar o término das atividades sob sua responsabilidade.

8.2.2. Fiscal Administrativo

Compete ao fiscal administrativo:

- Acompanhar aspectos formais e documentais do contrato;
- Solicitar documentação comprobatória necessária;
- Reportar descumprimentos contratuais ao gestor;
- Apoiar na formalização de apostilamentos e termos aditivos.

8.2.3. Gestor do contrato

Compete ao gestor do contrato:

- Coordenar e supervisionar a execução contratual;
- Verificar a atuação dos fiscais técnico e administrativo;
- Avaliar o desempenho da contratada com base em critérios objetivos;
- Adotar providências e aplicar sanções, quando necessário;
- Elaborar relatório final de avaliação da execução contratual;
- Conferir relatórios mensais, listas de presença e demais documentos;
- Verificar eventual subcontratação e o cumprimento integral das obrigações contratuais.

8.3. Protocolos de Comunicação

- As comunicações formais deverão ocorrer, preferencialmente, por meio de e-mail institucional;
- Demandas operacionais poderão ser tratadas de forma imediata, com posterior formalização;
- Alterações no cronograma, substituição de profissional ou ajustes operacionais deverão ser previamente comunicados e autorizados pela Administração;
- Todos os registros e relatórios deverão subsidiar o acompanhamento e fiscalização contratual.

8.4. Procedimentos de Fiscalização Técnica

- Verificação in loco da execução das aulas;
- Conferência da duração, metodologia e adequação das atividades;

- Avaliação das condições de segurança e adequação do ambiente, especialmente nas atividades aquáticas;
- Monitoramento da assiduidade e pontualidade dos profissionais;
- Análise da participação e adesão dos usuários às atividades.

8.5. Procedimentos de Fiscalização Administrativa

- Conferência da documentação exigida para pagamento;
- Verificação da manutenção das condições de habilitação;
- Acompanhamento da subcontratação, quando autorizada;
- Apoio à instrução de eventuais processos de reajuste, alteração contratual ou rescisão;
- Registro de descumprimentos para eventual aplicação de penalidades.

8.6. Observações finais

Todos os atos de fiscalização e gestão deverão ser devidamente registrados, garantindo transparência, rastreabilidade e conformidade com a legislação vigente e os princípios aplicáveis às contratações públicas.

O acompanhamento da execução considerará a prestação contínua dos serviços, a qualidade das atividades ofertadas, a regularidade das aulas e a apresentação de relatórios mensais e listas de presença, conforme definido neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1. Recebimento dos serviços

O recebimento dos serviços será realizado em duas etapas: provisório e definitivo, conforme segue:

9.1.1 Recebimento provisório

- Será realizado de forma sumária, mensalmente, com base nos relatórios de execução e listas de presença, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato;
- Tem por objetivo permitir a verificação posterior da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar;
- Eventuais serviços incompletos ou executados em desconformidade deverão ser corrigidos pela contratada no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação de penalidades;
- O recebimento provisório não exclui a responsabilidade técnica, civil ou profissional da contratada pela correta execução do serviço.

9.1.2 Recebimento definitivo

- Ocorrerá após a verificação da execução dos serviços no período mensal e da entrega dos relatórios e listas de presença;
- O recebimento definitivo será formalizado por termo circunstanciado;
- O prazo poderá ser excepcionalmente prorrogado, mediante justificativa, para diligências adicionais de aferição do atendimento às exigências contratuais;
- Em caso de controvérsia sobre a execução (frequência, regularidade ou qualidade), será permitido o pagamento parcial da parcela incontroversa;
- O prazo para correção de inconsistências pela contratada não será computado para fins de recebimento definitivo.

9.1.3 Liquidação da despesa

- Recebidos os relatórios e documentos de execução, o prazo para liquidação será de até 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, mediante justificativa;
- Para contratações de valor inferior ao limite do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, o prazo poderá ser reduzido à metade;
- O setor competente verificará se os documentos apresentam todos os elementos essenciais, tais como:
 - Período de execução;
 - Comprovação da realização das atividades (relatórios e listas de presença);
 - Valor a pagar;
 - Eventual destaque de retenções tributárias;
- Havendo erro, omissão ou impedimento, a liquidação ficará suspensa até a regularização pela contratada, reiniciando-se o prazo após a devida comprovação, sem ônus para a Administração.

9.2 Prazo de pagamento

- O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa.

9.3 Forma de pagamento

- O pagamento será realizado por meio de transferência bancária (TEV, TED ou DOC), para o banco, agência e conta corrente indicados pela contratada;
- Considera-se como data do pagamento o dia em que a ordem bancária for efetivamente emitida;
- Serão realizadas as retenções tributárias conforme legislação vigente;
- Para contratadas optantes pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não haverá retenção dos tributos abrangidos pelo regime, desde que apresentada a devida comprovação;
- O pagamento permanecerá condicionado à manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal durante toda a execução contratual.

9.4 Do reajuste dos preços

9.4.1 Os preços registrados poderão ser reajustados, desde que observado o interregno mínimo de **12 (doze) meses**, contado da data do orçamento estimado da contratação ou da data da proposta, conforme definido no edital.

9.4.2 O reajuste será calculado com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro índice que venha a substituí-lo, desde que mais adequado à natureza do objeto.

9.4.3 Para os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, o reajuste será devido após cada período de 12 (doze) meses, com o objetivo de preservar o equilíbrio econômico-financeiro, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.4.4 Nos casos em que os contratos decorrentes forem caracterizados como de natureza contínua, será assegurada a aplicação de reajuste periódico, observado o interregno mínimo legal.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

10.1 Forma de seleção e critério de julgamento

- O fornecedor será selecionado mediante procedimento de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico;
- O critério de julgamento adotado será o de menor preço por item.

10.2 Forma de fornecimento

- A execução do objeto será realizada de forma continuada, conforme especificado neste Termo de Referência;
- Os serviços deverão ser prestados durante a vigência contratual, garantindo a regularidade das atividades e o atendimento ao público-alvo definido pela Administração.

10.3 Exigências de habilitação jurídica

O licitante deverá comprovar sua regularidade jurídica mediante apresentação dos seguintes documentos, conforme sua natureza:

- Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente;
- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da Junta Comercial;
- Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), com verificação de autenticidade;
- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou equivalente: ato constitutivo, estatuto ou contrato social, acompanhado de documentos dos administradores;
- Sociedade empresária estrangeira: autorização de funcionamento no País;
- Sociedade simples: ato constitutivo registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, com documentos dos administradores;
- Filial, sucursal ou agência: inscrição da unidade com averbação no registro da matriz;
- Sociedade cooperativa: ato constitutivo, estatuto social e documentos conforme legislação específica.

Todos os documentos deverão estar acompanhados de suas alterações ou da respectiva consolidação.

10.4 Habilitação fiscal, social e trabalhista

- Inscrição no CNPJ ou CPF, conforme o caso;
- Inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, quando aplicável;
- Regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;
- Regularidade junto ao FGTS;
- Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
- Empresas isentas deverão apresentar declaração do órgão competente;
- O MEI estará dispensado das inscrições estadual e municipal quando assim previsto na legislação aplicável.

10.5 Qualificação econômico-financeira

- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

10.6 Qualificação técnica

- Comprovação de aptidão para execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, por meio de atestados ou certidões emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;
- Os atestados deverão conter, no mínimo:
 - Identificação da contratante e da contratada;
 - Descrição dos serviços executados;
 - Período de execução;
 - Assinatura do responsável legal;
- Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial;
- A Administração poderá solicitar documentos complementares que comprovem a veracidade das informações apresentadas;
- Quando aplicável, comprovação de registro ou inscrição do profissional em entidade de classe competente;
- A metodologia proposta poderá contemplar atividades de dança fitness, preferencialmente no estilo zumba ou equivalente, bem como outras práticas compatíveis com o objeto, desde que atendam às finalidades da contratação, não sendo exigida marca ou certificação específica.

A escolha da modalidade Pregão Eletrônico fundamenta-se no fato de que o objeto da contratação consiste em serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência, conforme art. 6º, inciso XIII, e art. 28 da Lei nº 14.133/2021.

A utilização do pregão eletrônico amplia a competitividade, assegura maior transparência e possibilita a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1 O custo estimado da contratação foi apurado com base em pesquisa de preços realizada conforme as disposições da Lei nº 14.133/2021, observando parâmetros de mercado e fontes oficiais.

11.2 O valor estimado total da contratação corresponde ao montante constante no quadro de estimativa de preços anexo ao processo licitatório, o qual integra este Termo de Referência para todos os fins.

11.3 A pesquisa de preços considerou, sempre que possível, contratações similares realizadas pela Administração Pública, bancos de preços oficiais, bem como outras fontes idôneas, visando garantir a compatibilidade dos valores com os praticados no mercado.

11.4 Os valores estimados possuem caráter referencial, não vinculando a Administração à contratação por tais montantes, podendo ser obtida proposta mais vantajosa no procedimento licitatório.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Assistência Social, devidamente prevista no orçamento vigente.

12.2 A contratação está compatível com o planejamento orçamentário do Município, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

12.3 As despesas serão classificadas na seguinte natureza de despesa: Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

12.4 As dotações específicas, fichas orçamentárias e demais classificações detalhadas constarão no processo administrativo correspondente, podendo ser suplementadas, se necessário, conforme legislação vigente.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes do contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando integralmente as disposições legais aplicáveis.

13.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou por autoridade superior, nos termos do art. 137, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

13.3. Disponibilizar os profissionais necessários à execução dos serviços, devidamente habilitados e com qualificação compatível, assegurando que o educador físico responsável possua registro ativo e regular no Conselho Regional de Educação Física (CREF).

13.4. Executar os serviços com observância das normas técnicas aplicáveis, das boas práticas profissionais e das condições estabelecidas neste Termo de Referência, garantindo a qualidade, continuidade e segurança das atividades desenvolvidas.

13.5. Responsabilizar-se integralmente pelas condições de segurança durante a execução das atividades, inclusive quanto à orientação dos participantes, prevenção de lesões e adequação das atividades às condições físicas dos usuários.

13.6. Para o Item 1 (atividades aquáticas), assegurar que a piscina e o ambiente estejam em perfeitas condições de uso, higiene e segurança, atendendo às normas sanitárias e de segurança vigentes.

13.7. Responsabilizar-se pelos danos decorrentes da execução do objeto, nos termos da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), bem como por quaisquer danos causados à Administração, aos participantes ou a terceiros, não sendo excluída essa responsabilidade pela fiscalização exercida pelo Contratante.

13.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau de dirigente do Contratante ou do fiscal/gestor do contrato, conforme art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

13.9. Quando não for possível a verificação da regularidade por meio do SICAF, apresentar, até o dia 30 do mês subsequente, a documentação de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

13.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, não transferindo tais responsabilidades ao Contratante.

13.11. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços ou a segurança dos participantes.

13.12. Comunicar à Contratante, no mesmo prazo, os motivos que impossibilitem o cumprimento de prazos ou condições estabelecidas.

13.13. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Administração, garantindo acesso às informações e documentos relacionados à execução contratual.

- 13.14.** Paralisar imediatamente, quando determinado pelo Contratante, qualquer atividade executada em desacordo com as normas técnicas ou que represente risco.
- 13.15.** Submeter previamente à aprovação da Administração qualquer alteração relevante na execução dos serviços.
- 13.16.** Não permitir trabalho de menores em desacordo com a legislação vigente.
- 13.17.** Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, conforme art. 92, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.
- 13.18.** Cumprir, quando aplicável, a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social ou aprendizes.
- 13.19.** Comprovar o atendimento às reservas legais sempre que solicitado pela fiscalização.
- 13.20.** Arcar com eventuais equívocos no dimensionamento da proposta, conforme art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
- 13.21.** Cumprir as normas de segurança, saúde e bem-estar aplicáveis às atividades físicas, garantindo ambiente adequado, inclusivo e acessível aos participantes.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 14.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato, seus anexos e este Termo de Referência.
- 14.2.** Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução dos serviços, por meio de servidor formalmente designado, verificando a conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, especialmente quanto à regularidade das atividades, frequência das aulas e adequação ao público atendido.
- 14.3.** Receber e atestar a execução dos serviços, desde que estejam em conformidade com o contrato e com este Termo de Referência.
- 14.4.** Notificar a Contratada, por escrito, sobre quaisquer falhas, irregularidades ou descumprimento das condições pactuadas, fixando prazo para saneamento, quando cabível.
- 14.5.** Comunicar à Contratada para emissão da Nota Fiscal referente à parcela incontroversa da execução dos serviços, para fins de liquidação e pagamento, nos termos do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, quando houver controvérsia quanto à qualidade ou quantidade executada.
- 14.6.** Efetuar o pagamento à Contratada pelos serviços efetivamente prestados e devidamente atestados, no prazo, forma e condições estabelecidos no contrato e neste Termo de Referência.
- 14.7.** Aplicar à Contratada as sanções administrativas previstas na legislação vigente e no contrato, quando verificado o descumprimento das obrigações assumidas.
- 14.8.** Emitir decisão expressa sobre solicitações, requerimentos e reclamações relacionadas à execução contratual, no prazo legal, ressalvados os pedidos manifestamente impertinentes ou protelatórios.
- 14.9.** Analisar e responder aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos prazos e condições previstos na legislação vigente.
- 14.10.** Comunicar formalmente à Contratada sobre eventuais alterações nas condições de execução do contrato, quando legalmente admitidas.
- 14.11.** Disponibilizar, quando aplicável, os espaços físicos sob responsabilidade da Administração necessários à execução das atividades do Item 2, assegurando condições adequadas de uso.

14.12. A Administração não responderá por compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, nem por danos decorrentes de atos praticados por seus empregados, prepostos ou terceiros sob sua responsabilidade.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Para efeito de aplicação das sanções, será considerada a execução dos serviços conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência, especialmente quanto à regularidade das atividades, frequência das aulas, qualidade dos serviços prestados e cumprimento das obrigações contratuais.

15.1. Constituem infrações administrativas, nos termos da Lei nº 14.133/2021, as seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração ou ao interesse público;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) retardar a execução dos serviços sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

15.2. Pela prática das infrações administrativas, poderão ser aplicadas à Contratada, observada a gradação legal, as seguintes sanções:

I advertência;

II multa;

III impedimento de licitar e contratar com a Administração;

IV declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

15.3. A multa poderá ser aplicada nas seguintes modalidades:

- a) moratória, em razão de atraso injustificado na execução dos serviços;
- b) compensatória, no caso de inexecução total ou parcial do contrato, conforme previsto no instrumento contratual.

15.4. A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração.

15.5. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente, observados o contraditório e a ampla defesa, mediante regular processo administrativo.

15.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a natureza e a gravidade da infração;
- os danos causados à Administração;
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- a conduta da contratada durante a execução contratual;
- as peculiaridades do caso concreto.

15.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas nos termos e prazos previstos na Lei nº 14.133/2021, sendo passíveis de reabilitação conforme a legislação vigente.

16. VIGÊNCIA CONTRATUAL

16.1. O prazo de vigência da contratação será de até 12 (doze) meses, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, contado a partir da assinatura do instrumento contratual, podendo a execução dos serviços iniciar-se mediante o recebimento da Ordem de Serviço ou documento equivalente.

A execução dos serviços ocorrerá durante todo o período de vigência contratual, de forma contínua, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência e cronograma definido pela Administração.

16.2. O contrato será formalizado no prazo estabelecido na convocação da empresa vencedora, mediante assinatura do instrumento contratual, na forma admitida pela legislação vigente, em conformidade com o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

16.3. Prorrogação

O contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovadas a vantajosidade da manutenção da contratação, a necessidade da continuidade do serviço e a existência de dotação orçamentária.

16.4. A prorrogação contratual não será automática, dependendo de análise técnica da Administração quanto à vantajosidade e à continuidade da necessidade pública, devendo ser formalizada mediante termo aditivo.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ariquemes/RO para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes da execução do contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2. Os casos omissos serão resolvidos com fundamento na Lei nº 14.133/2021, nas demais normas aplicáveis à Administração Pública e nos princípios gerais de direito.

Cacaulândia 27 de abril de 2026

Elaborado por : Jaqueline Carvalho de Jesus

Assessor(a) Técnico(a)

Autorizado : Adriana Damasceno De Barros Argolo

SEC. MUN. ASSISTÊNCIA SOCIAL

Rua João Boava, 2119 - Centro - Fone: 69 3532-2121 - 76889-000
CNPJ: 63.762.058/0001-92 – CACAULÂNDIA – RONDÔNIA
gabinete@cacaulandia.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **JAQUELINE CARVALHO DE JESUS, ASSESSOR TÉCNICO NIVEL II**, em 08/05/2026 às 08:59, horário de Cacaulândia/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 4041 de 27/11/2019](#).



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **ADRIANA DAMASCENO DE BARROS ARGOLO, SEC. MUN. ASSISTÊNCIA SOCIAL**, em 08/05/2026 às 09:09, horário de Cacaulândia/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 4041 de 27/11/2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.cacaulandia.ro.gov.br, informando o ID **393715** e o código verificador **59BA403B**.

